

STJ00099273

BERNARDO PIMENTEL SOUZA

Advogado e Professor na Universidade Federal de Viçosa.



# RECURSOS CONSTITUCIONAIS

recursos ordinário,  
extraordinário  
e especial

2ª EDIÇÃO

2014





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP  
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

*Direção editorial* Luiz Roberto Curia

*Gerência executiva* Rogéria Eduardo Alves

*Gerência editorial* Thais de Camargo Rodrigues

*Editoria de conteúdo* Eveline Gonçalves Denardi

*Coordenação geral* Clarissa Boraschi Maria

*Preparação de originais* Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e  
Ana Cristina Garcia (coords.)

*Arte e diagramação* Edson Calabone

*Revisão de provas* Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Andréa Ferraz Saba

Arnanda Maria de Carvalho Anhaque

*Produção editorial* William Rezende Paiva

*Serviços editoriais* Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Martina Cordeira

*Capa* Fábio Kato

*Produção gráfica* Marli Rampim

*Impressão* Bertira Gráfica

*Acabamento* Bertira Gráfica

ISBN 978-85-02-18720-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Bernardo Pinheiro

Recursos constitucionais : recursos ordinários, extraordinário  
e especial / Bernardo Pinheiro Souza. — 2. ed. — São  
Paulo : Saraiva, 2014.

1. Lei - Constitucionalidade 2. Recursos (Direito)  
- Brasil I. Título.

13-07622

CDU-347.9(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Recursos : Direito processual 347.9(81)

Data de fechamento da edição: 1-7-2014

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer  
meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.  
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98  
e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

073.285.002.001

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA

Nº

DATA

2014 1

## SUMÁRIO

Nota sobre o autor.....	15
Nota do autor à 2ª edição .....	17
<b>TOMO I — TEORIA GERAL DOS RECURSOS CONSTITUCIONAIS</b>	19
CAPÍTULO I — Conceitos de recursos .....	21
CAPÍTULO II — Espécies de recursos.....	23
CAPÍTULO III — Classificações dos recursos.....	27
<b>TOMO II — RECURSO ORDINÁRIO</b>	31
CAPÍTULO I — Recurso ordinário: generalidades .....	33
1. Notícia histórica e legislação de regência do recurso ordinário .....	33
2. Conceito e escopo do recurso ordinário .....	34
3. Recurso ordinário: espécie de recurso constitucional.....	35
CAPÍTULO II — Recurso ordinário em causas internacionais.....	37
CAPÍTULO III — Recurso ordinário em mandado de segurança.....	41
1. Escorço histórico do recurso ordinário em mandado de segurança ..	41
2. Mandado de segurança .....	41
2.1 Preceitos de regência do mandado de segurança.....	41
2.2 Conceito e natureza jurídica do mandado de segurança.....	42
2.3 Admissibilidade do mandado de segurança.....	42
2.4 Mandado de segurança como sucedâneo de ação popular: inadequação.....	43

2.5 Mandado de segurança contra lei em tese: inadequação .....	44
2.6 Mandado de segurança contra decisão judicial: regra da inadequação e exceção da admissibilidade .....	44
2.7 Mandado de segurança contra ato judicial em processo penal.	47
2.8 Ilegalidade ou abuso de poder .....	47
2.9 Procedimento especial.....	48
2.10 Direito líquido e certo .....	49
2.11 Prazo decadencial.....	50
2.12 Mandados de segurança repressivo e preventivo .....	50
2.13 Legitimidade ativa.....	50
2.14 Autoridade coatora.....	52
2.15 Legitimidade passiva.....	53
2.16 Litisconsórcio passivo necessário .....	53
2.17 Competência.....	54
2.18 Petição inicial.....	56
2.19 Controle da admissibilidade da petição inicial .....	57
2.20 Liminar em ação originária de mandado de segurança: cabimento de agravo interno e decisão.....	58
2.21 Ministério Público: <i>custos legis</i> .....	58
2.22 Julgamento do mandado de segurança: sentença ou acórdão	59
2.23 Honorários advocatícios: impossibilidade jurídica.....	59
2.24 Coisa julgada em processo de mandado de segurança .....	60
2.25 Embargos infringentes em mandado de segurança: impossibilidade.....	61
3. Recurso ordinário em mandado de segurança para o STJ.....	61
3.1 Cabimento do recurso ordinário em mandado de segurança para o STJ .....	61
3.2 Tempestividade do recurso ordinário em mandado de segurança para o STJ .....	66
3.3 Procedimento do recurso ordinário em mandado de segurança para o STJ .....	66
4. Recurso ordinário em mandado de segurança para o STF.....	71
4.1 Cabimento do recurso ordinário em mandado de segurança para o STF .....	71
4.2 Tempestividade do recurso ordinário em mandado de segurança para o STF.....	71

CAPÍTULO IV — Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> .....	73
1. <i>Habeas corpus</i> .....	73
1.1 Preceitos de regência.....	73
1.2 Etimologia, conceito e natureza jurídica.....	73
1.3 Processo gratuito .....	74
1.4 Adequação.....	75
1.4.1 Generalidades .....	75
1.4.2 Direito líquido e certo: prova documental pré-constituída.....	76
1.4.3 Decisão judicial transitada em julgado: admissibilidade do <i>habeas corpus</i> .....	77
1.4.4 Proteção de outros direitos alheios à liberdade de locomoção: inadequação do <i>habeas corpus</i> .....	77
1.5 Procedimento especial e sujeitos do processo de <i>habeas corpus</i> .....	78
1.5.1 Impetrante .....	78
1.5.2 Paciente .....	78
1.5.3 Coator .....	79
1.6 <i>Habeas corpus ex officio</i> .....	79
1.7 Competência .....	80
1.7.1 Competência originária do STF .....	80
1.7.2 Competência originária do STJ.....	81
1.7.3 Competência originária dos Tribunais Regionais Federais.....	82
1.7.4 Competência originária dos Tribunais de Justiça .....	82
1.7.5 Competência da Justiça Federal .....	82
1.7.6 Competência da Justiça local .....	83
1.8 Processamento e julgamento .....	83
1.8.1 Processamento e julgamento de <i>habeas corpus</i> em primeiro grau de jurisdição .....	83
1.8.2 Processamento e julgamento de <i>habeas corpus</i> originário de Tribunal de Justiça e de Tribunal Regional Federal .....	84
1.8.3 Processamento de <i>habeas corpus</i> originário de Tribunal Superior .....	86
1.8.4 Processamento de <i>habeas corpus</i> originário no STF .....	87
2. Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> para o STJ .....	88

3. Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i> para o STF.....	89
CAPÍTULO V — Recurso ordinário em <i>habeas data</i> .....	91
1. <i>Habeas data</i> .....	91
1.1 Preceitos de regência.....	91
1.2 Etimologia, conceito e natureza jurídica.....	91
1.3 Legitimidade ativa.....	92
1.4 Legitimidade passiva .....	92
1.5 Interesse de agir do impetrante e recusa do impetrado .....	93
1.6 Direito líquido e certo: prova pré-constituída .....	93
1.7 Causas de pedir e pedidos no <i>habeas data</i> .....	93
1.8 Competência para processar e julgar <i>habeas data</i> .....	94
1.9 Processo gratuito .....	95
1.10 Processamento e julgamento do <i>habeas data</i> .....	95
2. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> para o STF.....	96
CAPÍTULO VI — Recurso ordinário em mandado de injunção.....	99
1. Mandado de injunção .....	99
1.1 Preceitos de regência do mandado de injunção .....	99
1.2 Conceito, natureza jurídica e escopo do mandado de injunção	99
1.3 Campo de incidência do mandado de injunção: preceitos	
constitucionais de eficácia limitada .....	100
1.4 Legitimidade ativa.....	100
1.5 Competência .....	101
1.6 Processamento e julgamento do mandado de injunção:	
aplicação subsidiária das normas de regência do mandado	
de segurança.....	101
2. Recurso ordinário em mandado de injunção para o STF.....	103
CAPÍTULO VII — Recurso ordinário em crime político .....	105
<b>TOMO III — RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....</b>	<b>107</b>
1. Recurso extraordinário: notícia histórica .....	109

2. Recurso extraordinário: cabimento .....	110
2.1 Generalidades .....	110
2.2 Prequestionamento .....	110
2.3 Esgotamento dos recursos pretéritos .....	112
2.4 Causas decididas .....	114
2.5 Questão federal de direito constitucional .....	116
2.6 Cabimento de recurso extraordinário de julgamento proferido por juiz de primeiro grau.....	118
2.7 Cabimento de recurso extraordinário de acórdão dos juí- zados especiais .....	119
2.8 Cabimento de recurso extraordinário em reexame necessário..	119
2.9 Cabimento de recurso extraordinário em incidentes de in- constitucionalidade e de uniformização de jurisprudência ...	120
2.10 Cabimento de recurso extraordinário de acórdão proferido pelo STJ.....	121
2.11 Inadequação de recurso extraordinário contra julgado proferido no STF .....	122
2.12 Cabimento de recurso extraordinário de acórdão proferido por Tribunal de Justiça em controle concentrado de consti- tucionalidade .....	122
3. Recurso extraordinário e repercussão geral.....	123
3.1 Conceito .....	123
3.2 Natureza e origem do requisito da repercussão geral.....	123
3.3 Repercussão geral e arguição de relevância: semelhanças e diferenças .....	124
3.4 Repercussão geral: requisito de admissibilidade específico do recurso extraordinário .....	125
3.5 Obrigatoriedade da repercussão nos recursos extraordinários em geral.....	125
3.6 Preliminar formal e fundamentada de repercussão geral.....	126
3.7 Critérios para a apuração da repercussão geral pelo STF .....	126
3.8 Competência .....	127
3.9 (Ir)recorribilidade do acórdão do Plenário que recusa a repercussão geral.....	128
3.10 Efeito <i>erga omnes</i> do acórdão do Plenário que recusa a repercussão geral .....	129
3.11 Recorribilidade das decisões monocráticas presidenciais e dos relatores no STF .....	129

3.12 Possibilidade de sobrestamento dos recursos extraordinários acerca de questão constitucional idêntica .....	130
4. Recurso extraordinário pela alínea <i>a</i> .....	131
5. Recurso extraordinário pela alínea <i>b</i> .....	134
6. Recurso extraordinário pela alínea <i>c</i> .....	135
7. Recurso extraordinário pela alínea <i>d</i> .....	136
8. Recurso extraordinário retido.....	137
9. Tempestividade.....	139
9.1 Generalidades.....	139
9.2 Recurso extraordinário interposto na pendência de embargos de declaração.....	139
9.3 Recurso extraordinário com termo final em feriado .....	140
9.4 Protocolo integrado.....	141
9.5 Insubsistência do enunciado 355.....	141
9.6 Recurso extraordinário adesivo.....	143
9.7 Tempestividade de recurso extraordinário interposto contra acórdão proferido em controle concentrado de constituçona- lidade .....	144
9.8 Tempestividade do recurso extraordinário criminal.....	145
9.9 Tempestividade do recurso extraordinário trabalhista.....	145
9.10 Tempestividade do recurso extraordinário eleitoral.....	145
10. Regularidade formal.....	146
11. Preparo .....	149
11.1 Regra e exceções .....	149
11.2 Incidência do art. 511, § 2º, do CPC.....	149
11.3 Preparo do recurso extraordinário retido.....	150
12. Efeitos.....	150
13. Processamento e julgamento do recurso extraordinário.....	153



1. Antecedentes históricos do STJ e do recurso especial .....	161
2. Jurisdição, composição e organização do STJ .....	162
3. Cabimento .....	164
3.1 Generalidades .....	164
3.2 Tribunais .....	164
3.3 Causas decididas .....	166
3.4 Prequestionamento .....	168
4. Recurso especial em reexame necessário .....	170
5. Recurso especial pela alínea <i>a</i> .....	171
5.1 Generalidades .....	171
5.2 Conceito de “lei federal” .....	171
5.3 Alcance do enunciado 7 do STJ .....	174
5.4 Insubsistência do enunciado 400 da Súmula do STF .....	176
5.5 A problemática do juízo de conhecimento e do juízo de mérito no recurso especial interposto pela alínea <i>a</i> .....	177
6. Recurso especial pela alínea <i>b</i> .....	179
7. Recurso especial pela alínea <i>c</i> .....	180
8. Recurso especial retido .....	182
8.1 Generalidades .....	182
8.2 Recurso especial retido e retenção oficial .....	184
8.3 Recurso especial retido e tempestividade .....	184
8.4 Recurso especial retido e preparo .....	185
8.5 Desistência tácita .....	185
8.6 Recurso especial retido e agravo retido .....	185
8.7 Retenção indevida e retenção lesiva .....	187
9. Tempestividade .....	187
9.1 Generalidades .....	187
9.2 Protocolo integrado e o cancelamento do enunciado 256 da Súmula do STJ .....	188
9.3 Recurso especial parcial e o enunciado 355 da Súmula do STF	189

9.4 Recurso especial criminal .....	191
9.5 Recurso especial eleitoral.....	191
10. Preparo .....	192
10.1 Generalidades.....	192
10.2 Preparo do recurso especial retido .....	192
11. Regularidade formal e interesse recursal .....	193
12. Efeitos do recurso especial.....	195
13. Procedimento comum do recurso especial: arts. 542 e 543 do CPC.	198
14. Procedimento diferenciado do recurso especial repetitivo: art. 543-C do CPC .....	201
14.1 Preceitos de regência, natureza jurídica e escopo do instituto....	201
14.2 Procedimento do recurso especial repetitivo .....	202
14.3 Procedimento subsequente ao julgamento do recurso espe- cial repetitivo.....	205